



Newsletter

N.º 4 - Dezembro 2013

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Neste primeiro número natalício da nossa Newsletter quero apenas deixar a todos os nossos leitores votos sinceros de um feliz Natal e de que o ano de 2014 seja – nomeadamente com a saída da Troika – o ano do relançamento da economia e da retoma dos investimentos, e que, como tal, possa ser, para todos, um ano melhor e mais auspicioso que este que agora termina.

Aproveito ainda a oportunidade para anunciar que já a partir de Janeiro iremos publicar uma Newsletter intercalar, a meio de cada mês, apenas dedicada à jurisprudência e legislação, a fim de que possamos levar até vós, com maior atualidade e utilidade as novidades em cada um daqueles domínios.

Até 2014!

José Pina

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Algumas Considerações sobre a Arbitragem Tributária
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas



Algumas Considerações sobre a Arbitragem Tributária

A propósito de três decisões, inéditas, tomadas muito recentemente por três tribunais arbitrais, que se pronunciaram pela anulação das liquidações sobre terrenos para construção, em sede de Imposto do Selo, ao abrigo da Verba 28 da TGIS da lei, em vigor em 2012, que criou uma nova taxa de 1% para prédios de valor patrimonial acima de um milhão de euros, revela-se pertinente uma breve abordagem acerca da faculdade que assiste ao contribuinte português de recorrer a esta forma alternativa de resolução de conflitos no domínio fiscal.

O regime jurídico da arbitragem tributária, introduzida no ordenamento jurídico português na sequência da assinatura do Memorando da Troika, e de forma pioneira na Europa, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de Janeiro, visando três objetivos principais: i) reforçar a tutela eficaz dos direitos e interesses legalmente protegidos dos sujeitos passivos; ii) conferir uma maior celeridade na resolução de litígios que opõem a administração tributária ao sujeito passivo; e iii) reduzir a pendência de processos nos tribunais administrativos e fiscais.

Para proferir a decisão arbitral, apenas são competentes os tribunais cuja constituição seja requerida ao Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), entidade que entrou em funcionamento a 28 de Janeiro de 2009 e que constitui o único centro de arbitragem a funcionar sob a égide do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Ao tribunal arbitral podem ser submetidas pretensões cujo montante não ultrapasse o valor de 10 milhões de euros, podendo ter como objeto a apreciação da declaração de ilegalidade de atos de liquidação de tributos, de autoliquidação, de retenção na fonte e de pagamento por conta, bem como da declaração de ilegalidade de atos de fixação da matéria tributável quando não deem origem à liquidação de qualquer tributo, de atos de determinação da

Segundo as estatísticas recentemente disponibilizadas pelo CAAD, constata-se que a procura da arbitragem é transversal – seja relativamente à localização geográfica e ao perfil socioeconómico dos contribuintes, seja no que respeita ao tipo de impostos impugnados e aos valores envolvidos.



matéria coletável e de atos de fixação de valor patrimonial de bens imóveis.

A composição do tribunal arbitral poderá ser determinada pela designação de um árbitro pelo contribuinte, mas essa designação é facultativa. Se o fizer, o tribunal arbitral funcionará em coletivo de três árbitros, cabendo a cada uma das partes a nomeação de um árbitro e, por sua vez, aos árbitros nomeados a nomeação de um terceiro que será o árbitro-presidente.

Caso o contribuinte decida não nomear um árbitro e o valor da causa for inferior a 60 mil euros, o tribunal funcionará apenas com um árbitro, ao passo que, se a causa exceder aquele montante, o tribunal será constituído por um coletivo de três árbitros, em qualquer caso designados pelo Centro Deontológico do CAAD.

Como garantia de independência, aos árbitros é exigido que tenham uma experiência mínima de 10 anos no Direito Tributário (também podem ser especialistas em gestão ou economia) e que não tenham tido qualquer relação profissional com o contribuinte ou com as Finanças nos dois anos anteriores.

Os processos submetidos ao tribunal arbitral devem ser resolvidos em 6 meses, sendo este prazo prorrogável por mais 6 meses, se assim se justificar. Cada processo terá um custo mínimo de 306

euros. Refira-se que, em média, e atentos os dados disponíveis, as partes têm aguardado cerca de 4 meses, desde a constituição do tribunal arbitral, para que seja proferida a decisão arbitral, pelo que é indubitável que este mecanismo atingiu claramente um dos seus objetivos principais: conferir uma maior celeridade na resolução dos litígios fiscais.

As custas variam consoante o contribuinte requeira a intervenção de um ou mais árbitros, sendo que as custas nos processos de arbitragem tributária (sem exercício da opção de designar árbitro) são equivalentes às devidas, a final, pela parte vencida nos processos tributários.

A decisão arbitral tem o mesmo valor de uma sentença judicial, pelo que é vinculativa para ambas as partes. Em casos excecionais, poderá ser admitido o recurso para o Tribunal Constitucional, o Supremo Tribunal Administrativo ou o Tribunal Central Administrativo, sendo ainda possível o reenvio para o Tribunal de Justiça da União Europeia.

Ora, passados praticamente 3 anos da entrada em vigor do regime jurídico da arbitragem tributária, o balanço é positivo: a adesão a esta alternativa de resolução de litígios tem sido notória.

Com efeito, não só aumentaram o número e o valor dos litígios submetidos

ao CAAD, como também o número de interessados em integrar a lista de árbitros, da qual fazem parte, atualmente, mais de 170 árbitros de reconhecida experiência e qualidade técnica.

Segundo as estatísticas recentemente disponibilizadas pelo CAAD, constata-se que a procura da arbitragem é transversal – seja relativamente à localização geográfica e ao perfil socioeconómico dos contribuintes, seja no que respeita ao tipo de impostos impugnados e aos valores envolvidos. Por exemplo, em 2013, 37% dos processos foram apresentados por contribuintes singulares, e em cerca de 30% estiveram envolvidos valores inferiores a 60 mil euros. Quanto aos contribuintes pessoas coletivas – maioritariamente PME's e também grandes grupos económicos – sensivelmente 1 em cada 4 dos pedidos não excedeu o valor dos 60 mil euros, havendo ainda a registar 10% de processos com valor superior a 1 milhão de euros.

Por último, e reportando aos dados estatísticos disponíveis, relativamente ao movimento processual nos Tribunais Administrativos e Fiscais (1ª e 2ª instâncias) no ano de 2012, verifica-se a existência de 45 868 processos fiscais pendentes, sendo a pendência média por juiz de 655 processos, ultrapassando manifestamente o número de processos pendentes na

secção administrativa.

Assim, torna-se evidente que um dos três objetivos visados – a redução da pendência – ainda se encontra por concretizar. Contudo, estamos em crer que o recorte negativo de competências, constante e gradual, levado a cabo desde a implementação do regime da arbitragem tributária, designadamente, coartando à competência dos tribunais arbitrais o que, porventura, constitui a fonte de todo o congestionamento que existe nos tribunais administrativos e fiscais, como sejam as execuções fiscais, as liquidações com base em métodos indiretos ou as ações administrativas especiais, terá contribuído, significativamente, para que ainda não se tenha logrado alcançar este objetivo.

Conclui-se, portanto, que é indiscutível o avanço que a introdução deste mecanismo representou na resolução de conflitos no domínio fiscal, permitindo, assim, um efetivo reforço da tutela eficaz dos direitos e interesses legalmente protegidos dos contribuintes e, sobretudo, demonstrando que é possível construir um processo tributário mais simples e desburocratizado sem por em causa os direitos e interesses legítimos das partes que, quiçá, poderá um dia ser acolhido em sede judicial.



Joana Teixeira

joanateixeira@camp.pt



- CIVIL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 5 de novembro de 2013

Interrupção do prazo de prescrição – Notificação judicial avulsa

A prescrição é um efeito jurídico decorrente da inércia prolongada do titular do direito no seu exercício, traduzindo-se no seguinte: o direito prescrito sofre um enfraquecimento na sua eficácia que consiste na pessoa vinculada poder recusar o cumprimento ou a conduta a que esteja adstrita, representando, assim, um mecanismo estabilizador do direito, simplesmente por efeito do decurso do tempo, tal como também acontece, por exemplo, através da caducidade e do não uso.

O princípio geral é de que o direito prescreve se não for exercido no prazo legalmente fixado, sendo a exceção a de que esse prazo pode ser interrompido, suspenso ou prolongado, nos casos expressamente declarados na lei. Uma destas situações excepcionais é a interrupção do prazo prescricional através de notificação judicial avulsa pela qual o titular do direito leva ao conhecimento do devedor a intenção de o exercer.

A interrupção do prazo prescricional inutiliza tudo o que decorre antes do acto interruptivo, iniciando-se novo prazo igual ao primitivo, pelo

que entendeu o Supremo Tribunal de Justiça que não será de admitir sucessivas interrupções através de notificação judicial avulsa, sob pena de se criar uma enorme insegurança na ordem jurídica, e, sobretudo, sem se destruir a razão de ser do próprio instituto da prescrição.

Assim, o prazo prescricional previsto no art. 498.º do CC apenas pode ser interrompido, através de notificação judicial avulsa, por uma vez, não tendo as eventuais e sucessivas notificações judiciais avulsas subsequentes qualquer eficácia interruptiva da prescrição, sob pena de se defraudar a lei, ignorando-se os prazos prescicionais, que, por via de sucessivas notificações judiciais avulsas, se renovariam periodicamente, à vontade do titular do direito, sem nunca se esgotarem.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12 de novembro de 2013

Abuso de Direito – Preenchimento de Livrança

Atua com abuso do direito, na modalidade de *venire contra factum proprium*, o banco que aciona uma livrança, que os executados avalizaram em branco, oito anos depois de estes se terem afastado da sociedade subscritora, na qual tinham interesse, tendo o exequente conhecimento que estes só avalizaram a livrança por serem pessoas com interesse na sociedade subscritora, sendo que, na altura do afastamento (meados de 2003), a conta

caucionada de que a sociedade era titular encontrava-se regularizada e, posteriormente (já depois de 2004), o exequente, sabendo que os executados se sentiam desobrigados e que era bastante a garantia dos restantes avalistas, continuou a conceder crédito à sociedade através da renovação do contrato de abertura de crédito que tivera início em meados de 2002.

Perante estes dados de fato, o douto Tribunal entendeu que os executados podiam fundadamente confiar que, tanto tempo depois de se terem apartado da sociedade subscritora, o banco não acionaria o aval que prestaram: é inadmissível e contrária à boa fé a conduta assumida pelo exequente, na exata medida em que trai a confiança gerada nos executados pelo seu comportamento anterior, confiança essa objetivamente reforçada pelo decurso de um tão dilatado lapso de tempo.

O princípio da confiança é um princípio ético fundamental de que a ordem jurídica em momento algum se alheia; está presente, desde logo, na norma do art. 334.º do CC, que, ao falar nos limites impostos pela boa fé ao exercício dos direitos, pretende por essa via assegurar a proteção da confiança legítima que o comportamento contraditório do titular do direito possa ter gerado na contraparte.

A proibição do comportamento contraditório configura actualmente um

instituto jurídico autonomizado, que se enquadra na proibição do abuso do direito (art. 334.º do CC), nessa medida sendo de conhecimento oficioso, não existindo no direito civil um princípio geral de proibição do comportamento contraditório.

- PREDIAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de novembro de 2013

Presunção resultante da inscrição do direito de propriedade

A presunção resultante da inscrição do direito de propriedade no registo predial não abrange a área, limites ou confrontações dos prédios descritos, não tendo o registo a finalidade de garantir os elementos de identificação do prédio.

A presunção derivada do registo predial pode entrar em conflito com a presunção da titularidade resultante da posse de outrem sobre o mesmo prédio. Resultando do art. 1268.º do CC que a presunção derivada do registo apenas prevalecerá se for anterior ao início da posse, pois, de contrário, será a presunção a favor do possuidor que prevalecerá. Significando esta última presunção que o possuidor, numa acção de reivindicação, não tem o ónus da prova, cabendo ao reivindicante esse encargo.

A usucapião, forma de aquisição originária do respectivo direito de propriedade, está na base de

toda a nossa ordem imobiliária, valendo por si, em nada sendo prejudicada pelas vicissitudes registais, nada podendo fazer contra ela o titular inscrito no registo.

- LABORAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de novembro de 2013

Meios de vigilância à distância – Reserva da intimidade da vida privada e familiar

O conceito de «meios de vigilância à distância» expresso no n.º 1 do art. 20.º do Código do Trabalho de 2009 está reportado aos equipamentos que traduzam formas de captação à distância de imagem, som ou som e imagem que permitam identificar pessoas e detetar o que fazem, como é o caso, entre outros, de câmaras de vídeo, equipamento audiovisual, microfones dissimulados ou mecanismos de escuta e registo telefónico.

O dispositivo de GPS instalado, pelo empregador, em veículo automóvel utilizado pelo seu trabalhador no exercício das respetivas funções, não pode ser qualificado como meio de vigilância à distância no local de trabalho, nos termos definidos no referido preceito legal, porquanto apenas permite a localização do veículo em tempo real, referenciando-o em determinado espaço geográfico, não permitindo saber o que faz o respetivo condutor.

O poder de direção do

empregador, enquanto realidade naturalmente inerente à prestação de trabalho e à liberdade de empresa, inclui os poderes de vigilância e controlo, os quais têm, no entanto, de se conciliar com os princípios de cariz garantístico que visam salvaguardar a individualidade dos trabalhadores e conformar o sentido da ordenação jurídica das relações de trabalho em função dos valores jurídico-constitucionais.

Encontrando-se o GPS instalado numa viatura exclusivamente afeta às necessidades do serviço, não permitindo a captação ou registo de imagem ou som, o seu uso não ofende os direitos de personalidade do trabalhador, nomeadamente a reserva da intimidade da sua vida privada e familiar.

Existe justa causa para o despedimento do trabalhador quando está demonstrado que o mesmo, exercendo as funções de motorista de veículos de transporte de mercadorias perigosas, à revelia da empregadora, por 18 vezes, no período de 3 meses, conduziu o referido veículo para localidades fora do percurso determinado para o transporte da mercadoria desde o local de recolha ao local de entrega da mesma, o que se traduziu, não só no acréscimo das distâncias percorridas e do período de tempo para o efeito despendido, suportados pela empregadora, mas, também, no aumento dos riscos derivados da circulação do veículo com combustível.



7 de novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida).

Despacho n.º 16027/2013, de 10 de Dezembro de 2013

Determina que, até 31 de Dezembro de 2013, para efeitos de regularização das dívidas, independentemente da sua natureza, podem ser realizados pagamentos em numerário sem limite de valor.

correção extraordinária das rendas para o ano de 2014.

Portaria n.º 353/2013, de 4 de Dezembro de 2013

Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.

Portaria n.º 358-A/2013, de 12 de Dezembro de 2013

Aprova o modelo da participação de rendas previsto no n.º 7 do artigo 15.º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, e o respetivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento.

**PRINCIPAIS ALTERAÇÕES
LEGISLATIVAS**

- FISCAL -

Lei n.º 83/2013, de 9 de Dezembro de 2013

Procede à segunda alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2005, de

- URBANISMO -

Portaria n.º 349-C/2013, de 4 de Dezembro de 2013

Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.

- IMOBILIÁRIO -

Portaria n.º 352/2013, de 4 de Dezembro de 2013

Estabelece os fatores de

Ilustrações de Leonardo da Vinci

CAMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.